

DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS

Estudo Técnico Preliminar 10/2024**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08016.019621/2024-85

2. Descrição da necessidade**Introdução**

A garantia da dignidade e dos direitos humanos de todas as pessoas é um pilar fundamental de qualquer sociedade justa e civilizada. No contexto prisional, essa responsabilidade se torna ainda mais crucial, pois a privação de liberdade não deve implicar na privação de direitos básicos, como a acessibilidade e a igualdade de oportunidades.

No Brasil, a realidade das celas prisionais não é ideal para pessoas com mobilidade reduzida. A falta de infraestrutura adequada, como rampas, elevadores, adaptações nos banheiros e espaços compatíveis com cadeiras de rodas, torna o ambiente prisional um desafio constante para essa população. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa abordar a adaptação das condições prisionais para garantir acessibilidade e dignidade aos detentos com mobilidade reduzida.

A adaptação das celas prisionais para pessoas com mobilidade reduzida é uma medida essencial para garantir dignidade, segurança e igualdade dentro do sistema carcerário. Esta iniciativa não apenas beneficiará diretamente os detentos com deficiência, mas também contribuirá para um sistema prisional mais justo e humano.

O presente processo visa registrar os preços dos mobiliários e equipamentos essenciais à implementação da Política de grupos em vulnerabilidade no sistema penal.

Serão efetivadas futuras contratações pela SENAPPEN, voltadas à aquisição de itens para doação direta aos entes federativos em que serão implementadas nas celas.

A implementação deste projeto representa um avanço significativo na promoção dos direitos humanos e na melhoria das condições de vida dos presos com mobilidade reduzida.

Para alavancar os resultados da política de grupos em vulnerabilidade, por meio de apoio técnico às secretarias de administração penitenciária, ainda serão registrados quantitativos voltados à aquisição dos itens, pelos próprios entes federativos, para execução de recursos do FUNDO Penitenciário Nacional, repassados na modalidade obrigatória, fundo e fundo, bem como na modalidade voluntária, por meio dos convênios celebrados, cujos objetivos encontram pertinência temática com o objeto em tela.

Ademais, os itens registrados também estão alinhados com o projeto deste Ministério da Justiça e Segurança Pública, que visa a coordenação com outros órgãos e poderes constituídos. Isso inclui a

execução de emendas parlamentares destinadas ao aprimoramento do sistema prisional e projetos interministeriais que compartilham objetivos comuns, especialmente no que se refere à expansão de políticas públicas para o sistema prisional brasileiro, beneficiando diretamente as pessoas privadas de liberdade.

Importa registrar que o DECRETO Nº 11.348, DE 1º DE JANEIRO DE 2023, segundo o art. 31 determina à SENAPPEN:

IV - prestar apoio técnico aos entes federativos quanto à implementação dos princípios e das regras da execução penal;

V - colaborar técnica e financeiramente com os entes federativos quanto:

1. à implantação de estabelecimentos e serviços penais; ...

c) à implementação de políticas de educação, de saúde, de trabalho, de assistência social, cultural, religiosa e jurídica e de respeito à diversidade e às questões de gênero, para promoção de direitos das pessoas privadas de liberdade e dos egressos do sistema prisional;

Descrição da Necessidade

As condições atuais das celas prisionais apresentam diversas dificuldades e riscos para pessoas com mobilidade reduzida:

- **Dificuldades no Dia a Dia:** Tarefas cotidianas, como locomover-se, usar o banheiro e até mesmo dormir, são extremamente desafiadoras, impactando negativamente a saúde física e mental dos detentos.
- **Riscos à Segurança:** A falta de adaptações adequadas aumenta o risco de quedas e acidentes, comprometendo a segurança tanto dos presos quanto dos policiais penais.
- **Exclusão Social:** A dificuldade de locomoção limita a participação em atividades e programas educativos, profissionalizantes e de lazer, aprofundando a exclusão social e dificultando a ressocialização.
- **Violação de Direitos:** A falta de acessibilidade configura uma violação dos direitos humanos básicos, como o direito à saúde, à dignidade e à igualdade, ferindo princípios fundamentais da Constituição Federal Brasileira.

O objetivo principal deste projeto é adaptar as condições das celas prisionais para atender às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida, garantindo acessibilidade, segurança e dignidade. O projeto deve atender aos seguintes princípios:

- **Acessibilidade Universal:** Garantir o acesso pleno e autônomo a todos os espaços da cela, incluindo o banheiro, a área de dormir e o pátio.
- **Segurança:** Implementar modificações que minimizem os riscos de quedas e acidentes.
- **Dignidade e Respeito:** Proporcionar um ambiente adequado às necessidades dos presos com mobilidade reduzida, respeitando sua dignidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO-GERAL CIDADANIA E ALTERNATIVAS PENAIS /DIRPP/SENAPPEN	Cintia Rangel Assumpção

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. As aquisições serão realizadas por item, tendo em vista a grande expansão territorial brasileira, uma vez que o país é dividido em 5 regiões. Segue a divisão dos lotes:

LOTE	ITEM	REGIÕES	UF's DO ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	1	Norte	AC, AM, AP, PA, RO, RR, TO	Andador com altura regulável para adulto e idosos (130 kg).	35
	2			Assento para box de parede dobrável para banho idoso	35
	3			Barra de apoio e segurança PNE Idosos reta para banheiro /vaso medindo: 70 cm - inóx	35
	4			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para banheiro/vaso 90° Modelo: L, Medindo: 70cmx70cm - inox	50
	5			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para lavatório medindo: 25 cm - inóx.	35
	6			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para banheiro/vaso Modelo: L, Medindo: 60cmx60cm - inox	35
	7			Cadeira de Rodas para banho idoso	35

	8			Cadeira de rodas dobrável até 100 Kg	35
	9			Muleta axilar alumínio com regulagem até 130 Kg adulto.	35
	10			Rampa de acessibilidade móvel para cadeirante ou idosos em alumínio	35
	11			Vaso sanitário PNE	35
LOTE	ITEM	REGIÕES	UF's DO ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
2	12	Nordeste	AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE	Andador com altura regulável para adulto e idosos (130 kg).	45
	13			Assento para box de parede dobrável para banho idoso	45
	14			Barra de apoio e segurança PNE Idosos reta para banheiro /vaso medindo: 70 cm - inóx	45
	15			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para banheiro/vaso 90° Modelo: L, Medindo: 70cmx70cm - inox	50
	16			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para lavatório medindo: 25 cm - inóx.	90
	17			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para banheiro/vaso Modelo: L, Medindo: 60cmx60cm - inox	45

	18			Cadeira de Rodas para banho idoso	45
	19			Cadeira de rodas dobrável até 100 Kg	45
	20			Muleta axilar alumínio com regulagem até 130 Kg adulto.	45
	21			Rampa de acessibilidade móvel para cadeirante ou idosos em alumínio	45
	22			Vaso sanitário PNE	45
LOTE	ITEM	REGIÕES	UF's DO ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
3	23	Centro-oeste	DF, GO, MT, MS	Andador com altura regulável para adulto e idosos (130 kg).	20
	24			Assento para box de parede dobrável para banho idoso	20
	25			Barra de apoio e segurança PNE Idosos reta para banheiro /vaso medindo: 70 cm - inóx	20
	26			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para banheiro/vaso 90° Modelo: L, Medindo: 70cmx70cm - inox	40
	27			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para lavatório medindo: 25 cm - inóx.	20
	28			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para	20

				banheiro/vaso Modelo: L, Medindo: 60cmx60cm - inox	
	29			Cadeira de Rodas para banho idoso	20
	30			Cadeira de rodas dobrável até 100 Kg	20
	31			Muleta axilar alumínio com regulagem até 130 Kg adulto.	20
	32			Rampa de acessibilidade móvel para cadeirante ou idosos em alumínio	20
	33			Vaso sanitário PNE	20
LOTE	ITEM	REGIÕES	UF's DO ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
4	34	Sudeste		Andador com altura regulável para adulto e idosos (130 kg).	20
	35			Assento para box de parede dobrável para banho idoso	20
	36			Barra de apoio e segurança PNE Idosos reta para banheiro /vaso medindo: 70 cm - inóx	20
	37			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para banheiro/vaso 90° Modelo: L, Medindo: 70cmx70cm - inox	40
	38			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para lavatório medindo: 25 cm - inóx.	20

	39		ES, MG, SP, RJ	Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para banheiro/vaso Modelo: L, Medindo: 60cmx60cm - inox	20
	40			Cadeira de Rodas para banho idoso	20
	41			Cadeira de rodas dobrável até 100 Kg	20
	42			Muleta axilar alumínio com regulagem até 130 Kg adulto.	20
	43			Rampa de acessibilidade móvel para cadeirante ou idosos em alumínio	20
	44			Vaso sanitário PNE	20
LOTE	ITEM	REGIÕES	UF's DO ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	45			Andador com altura regulável para adulto e idosos (130 kg).	15
	46			Assento para box de parede dobrável para banho idoso	15
	47			Barra de apoio e segurança PNE Idosos reta para banheiro /vaso medindo: 70 cm - inóx	15
	48			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para banheiro/vaso 90° Modelo: L, Medindo: 70cmx70cm - inox	30
	49			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para lavatório medindo: 25 cm - inóx.	15

5		Sul	PR, SC, RS		
	50			Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para banheiro/vaso Modelo: L, Medindo: 60cmx60cm - inox	15
	51			Cadeira de Rodas para banho idoso	15
	52			Cadeira de rodas dobrável até 100 Kg	15
	53			Muleta axilar alumínio com regulagem até 130 Kg adulto.	15
	54			Rampa de acessibilidade móvel para cadeirante ou idosos em alumínio	15
	55			Vaso sanitário PNE	15

5. Levantamento de Mercado

5.1.1. Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar soluções e valores praticados para o atendimento da necessidade descrita neste Estudo Técnico Preliminar.

5.1.2. Foram consultadas as seguintes fontes: Painel de Preços do Governo Federal, portais de compras públicas, e cotações diretas com empresas do ramo.

5.1.3. As informações coletadas demonstram que o mercado possui fornecedores aptos e condições técnicas adequadas para o atendimento do objeto, sem indícios de concentração de mercado ou risco de desabastecimento.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução envolve aquisições de itens para pessoas com mobilidade reduzida dentro do sistema penitenciário estadual contemplado, almejando garantir a acessibilidade a pessoas com deficiência física. Isso abrangerá a instalação de rampas, adaptação de banheiros, sinalização adequada, mobiliário acessível, entre outros ajustes, de acordo com as normas de acessibilidade estabelecidas.

6.2. A criação de um projeto para adaptar as celas prisionais às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida é uma medida essencial para garantir a dignidade, a segurança e a igualdade de todos os indivíduos dentro do sistema carcerário. Essa iniciativa não apenas beneficiará diretamente os

detentos com deficiência, mas também contribuirá para a construção de um sistema prisional mais justo e humano.

6.3. As consequências da falta de acessibilidade nas celas prisionais são graves e multifacetadas:

- **Dificuldades no dia a dia:** As tarefas cotidianas, como se locomover, usar o banheiro e até mesmo dormir, podem se tornar extremamente desafiadoras, impactando negativamente a saúde física e mental dos detentos.
- **Riscos à segurança:** A falta de adaptações adequadas aumenta o risco de quedas e acidentes, comprometendo a segurança tanto das pessoas presas quanto dos policiais penais.
- **Exclusão social:** A dificuldade de locomoção limita a participação em atividades e programas educativos, profissionalizantes e de lazer, aprofundando a exclusão social e dificultando a ressocialização.
- **Violação de direitos:** A falta de acessibilidade configura uma violação dos direitos humanos básicos, como o direito à saúde, à dignidade e à igualdade, ferindo princípios fundamentais da Constituição Federal Brasileira. Diante dessa realidade, torna-se urgente a criação de um projeto específico que vise o aparelhamento e a adaptação das condições das celas prisionais para pessoas com mobilidade reduzida. Esse projeto deve ser pautado pelos seguintes princípios
 - **Acessibilidade universal:** As adaptações devem garantir o acesso pleno e autônomo de pessoas com deficiência a todos os espaços da cela, incluindo o banheiro, a área de dormir e o pátio.
 - **Segurança:** As modificações devem levar em consideração a segurança tanto dos presos quanto dos policiais penais, minimizando os riscos de quedas e acidentes.
 - **Dignidade e respeito:** As adaptações devem ser feitas de forma a garantir a dignidade e o respeito aos presos com mobilidade reduzida, proporcionando um ambiente adequado às suas necessidades.

A implementação de um projeto de adaptação das celas prisionais para pessoas com mobilidade reduzida trará diversos benefícios:

- **Melhoria na qualidade de vida:** Os presos com deficiência terão mais autonomia e independência no dia a dia, impactando positivamente sua saúde física e mental.
- **Redução de custos:** A prevenção de quedas e acidentes reduzirá os custos com atendimento médico e hospitalar.
- **Segurança reforçada:** A implementação de medidas de segurança adequadas diminuirá os riscos de incidentes dentro do presídio.
- **Promoção da inclusão:** A acessibilidade proporcionará maior inclusão social e facilitará o processo de ressocialização dos presos.
- **Cumprimento da lei:** A adaptação das celas estará em consonância com a legislação brasileira e com os princípios internacionais de direitos humanos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A Estimativa a serem contratados são **135 kits** direcionados para aparelhamento de espaços para Pessoas com Deficiências e idosos, os kits serão compostos com os itens da seguinte forma:

01- Andador com altura regulável para adulto e idosos, alumínio, dobrável com capacidade de até 130 kg, com 0,80m a 0,91m x 0,45m x 0,80m. ponteira antiderrapante, apoio anatômico.

01 -Assento para box de parede dobrável para banho idoso

01- Barra de apoio e segurança PNE Idosos reta para banheiro/vaso medindo: 70 cm - inóx

02- Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para banheiro/vaso 90° Modelo: L, Medindo: 70cmx70cm - inox

01- Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para lavatório medindo: 25 cm - inóx.

01- Alça/Barra de apoio e segurança PNE Idoso para banheiro/vaso Modelo: L, Medindo: 60cmx60cm - inox

01- Cadeira de Rodas para banho idoso, Medidas: 90,5 x 51 x 65cm (altura x largura x comprimento); Altura do assento: 51cm; Profundidade x largura do assento: 40 x 38cm; Peso: 5,6kg; Capacidade: 100kg; Registro Anvisa; Medidas embalado (C x L x A): 52 X 18 X 41 cm; Peso bruto embalado: 6 kg.

01- Cadeira de rodas dobrável, Medidas da cadeira montada: (C x L x A): aprox. 99 x 59 x 89cm; Medidas da cadeira dobrada (C x L x A): aprox. 78 x 28 x 74,5cm; Peso: aprox. 14,5kg; Capacidade: 100kg; Altura do assento ao piso: aprox. 49cm; Largura x Profundidade do assento: 40 x 46cm; Altura do encosto das costas: 40cm; Altura entre o apoio para os braços e o assento: 20cm; Comprimento do apoio para os braços: 26cm; Diâmetro externo do aro de propulsão: 51cm; 20" Diâmetro externo da roda traseira: 59cm - 23"; Diâmetro externo da roda dianteira: 20cm - 8";

01- Muleta axilar alumínio com regulagem até 130 Kg adulto, Comprimento: 4,6 cm; Largura: 20,6 cm; Altura: 100,5 cm a 149,2 cm; Peso: 0,81 kg; **Níveis: Axila** Variação: 14,5cm, Quantidade de níveis: 8 níveis de ajuste; **Mão** Variação: 4 cm; Quantidade de níveis: 3 níveis de ajuste; **Apoio da Estrutura:** Variação: 3 cm; Quantidade de níveis: 9 níveis de ajuste

01- Rampa de acessibilidade móvel para cadeirante ou idosos em alumínio; Comprimento Útil: 625 mm; Largura Útil por rampa: 140 mm; Sistema com regulagem de altura: 04 estágios de 10 à 18 Cm; Material: Alumínio Xadrez 1,5 mm
Peso total: 2,400 kgs; Capacidade de peso sob a rampa: 250 kgs distribuídos

01 Vaso sanitário PNE

7.2 Os quantitativos de kits serão distribuídos conforme a quantidade da população carcerária de cada estado, sendo 1kit a cada 5 (cinco) mil pessoas, conforme a quantidade de distribuição abaixo:

--	--

Estado	Quantidade de kits
AC	1
AL	1
AM	1
AP	1
BA	3
CE	4
DF	3
ES	5
GO	4
MA	2
MG	12
MS	4
MT	3
PA	3
PB	3
PE	5
PI	2
PR	8
RJ	9

RN	2
RO	2
RR	1
RS	7
SC	5
SE	2
SP	40
TO	1

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 635.227,65

8.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

8.2. A não divulgação do orçamento da licitação é fundamentada na necessidade de proteger o interesse público e garantir que os recursos sejam alocados de forma responsável e eficaz. Ao não revelar o valor orçado, os licitantes não serão influenciados pelo valor estimado. Isso assegura que os recursos públicos sejam direcionados para o projeto ou serviço de forma mais eficiente, com o objetivo de obter a melhor relação custo/benefício

A não divulgação do orçamento estimado promove um ambiente de concorrência mais saudável. Os licitantes competem entre si com base em suas próprias análises de custos e no valor que acreditam ser justo para o serviço ou produto em questão. Isso estimula a criatividade e a busca por soluções mais eficazes e econômicas, em vez de se limitar a igualar ou ficar ligeiramente abaixo do valor orçado. A divulgação do orçamento pode, em alguns casos, incentivar a formação de conluio entre os licitantes, levando a práticas antiéticas ou anticoncorrenciais. Quando os concorrentes conhecem o valor estimado, podem ajustar suas propostas para maximizar seus lucros, em detrimento do interesse público. Ao manter o orçamento em sigilo, o risco de tais comportamentos é reduzido.

A modalidade de licitação será com preços máximos admissíveis não divulgados na fase de lances. Tendo em vista que o ETP será divulgado aos licitantes, não será descrito neste documento

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O objeto da contratação será composto por **ITEM**, orçado pela administração tendo como objetivo obter a eficiência das entregas, bem como o custo/benefício no que tange aos valores a serem contratadas pela Administração Pública.

9.2. Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípua da licitação, nos termos do artigo 2º do Regulamento. Nessa linha é a lição de Marçal Justen Filho:

“Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.” (grifou-se)

Mais adiante aduz ainda o mesmo autor:

“Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexecutáveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...)”

9.3. São duas as finalidades básicas importantes da etapa interna da aquisição:

- A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos.
- Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos.

9.4. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado.

9.5. Neste sentido, esclarecemos que nossa análise aponta para o Não parcelamento do objeto. Uma vez que se trata de Kits para reaparelhamentos das Unidades Prisionais, os itens adquiridos são essenciais para que haja maior efetividade na adaptação do ambiente. Contudo, respeitando a boa regra no sentido de buscar que a empresa tenha adequado nível de especialização para fornecimento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A Não há contratação correlatas e/ou interdependente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se **alinhada ao Planejamento Estratégico da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN**, especialmente aos eixos que tratam da **promoção da dignidade humana, da inclusão social e da melhoria das condições de custódia e atendimento à pessoa privada de liberdade**.

11.2. O objeto visa à **aquisição de produtos e equipamentos destinados a pessoas com deficiência e idosos**, custodiadas no sistema prisional brasileiro, de modo a garantir **acessibilidade, bem-estar e condições adequadas de saúde e mobilidade** dentro das unidades prisionais.

11.3. A iniciativa contribui para o **cumprimento das diretrizes nacionais de atenção à pessoa com deficiência** no âmbito do sistema prisional, em conformidade com o que preveem a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)**, o **Decreto nº 9.450/2018** (que institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional) e os **princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da isonomia**.

11.4. Importa registrar que o DECRETO Nº 11.348, DE 1º DE JANEIRO DE 2023, segundo o art. 31 determina à SENAPPEN:

IV - prestar apoio técnico aos entes federativos quanto à implementação dos princípios e das regras da execução penal;

V - colaborar técnica e financeiramente com os entes federativos quanto:

1. à implantação de estabelecimentos e serviços penais; ...

c) à implementação de políticas de educação, de saúde, de trabalho, de assistência social, cultural, religiosa e jurídica e de respeito à diversidade e às questões de gênero, para promoção de direitos das pessoas privadas de liberdade e dos egressos do sistema prisional;

11.5. Ademais, os itens registrados também estão alinhados com o projeto deste Ministério da Justiça e Segurança Pública, que visa a coordenação com outros órgãos e poderes constituídos. Isso inclui a execução de emendas parlamentares destinadas ao aprimoramento do sistema prisional e projetos interministeriais que compartilham

objetivos comuns, especialmente no que se refere à expansão de políticas públicas para o sistema prisional brasileiro, beneficiando diretamente as pessoas privadas de liberdade.

11.6. A contratação está prevista no PGA 2024 da SENAPPEN

11.7. Desse modo, a aquisição proposta **reforça o compromisso institucional com a política de inclusão, equidade e respeito aos direitos humanos**, promovendo a adaptação do ambiente prisional às necessidades específicas de pessoas com deficiência e contribuindo para uma **ressocialização mais humanizada e efetiva**.

12. Da Adesão à Ata de Registro de Preços

12.1. Ressalta-se que o objeto é padronizado e sua demanda é contínua por parte dos sistemas prisionais estaduais. Assim, a presente aquisição atende a programa do governo federal voltado à oferta de condições para ampliação da política de segurança no sistema prisional.

12.2 A permissão de adesão possibilita que os estados complementem, com recursos próprios, os quantitativos estimados pela SENAPPEN, suprimindo a falta de orçamento federal. Assim, concluímos pela permissão de adesão à ata por outros órgãos

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como principais benefícios a serem alcançados a contratação, dentre outros, podem ser citados:

- **Acessibilidade e Inclusão** – garante condições mínimas para locomoção, comunicação e participação em atividades internas.
- **Dignidade Humana** – assegura o cumprimento dos direitos previstos em lei e tratados internacionais.
- **Melhoria da Saúde Física e Mental** – com materiais de apoio (cadeiras de rodas, andadores, óculos, aparelhos auditivos, colchões ortopédicos, barras de apoio, etc.).
- **Redução do Sofrimento** – evita agravos físicos e emocionais decorrentes da falta de suporte adequado.
- Benefícios para a gestão do sistema prisional
- **Cumprimento da Legislação** – atendimento ao Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa com Deficiência e à Lei de Execução Penal.

- **Redução de Custos com Saúde** – materiais adequados evitam acidentes, quedas e complicações médicas que demandariam internações externas.
- **Organização e Humanização da Unidade** – melhora a imagem institucional e a confiança nos serviços prestados.
- **Redução de Conflitos Internos** – garante condições mais justas, evitando tensões entre custodiados e administração.
- **Apoio à Fiscalização de Órgãos de Controle** – demonstra conformidade com recomendações do CNJ, Ministério Público e Defensoria Pública.
- **Fortalecimento dos Direitos Humanos** – alinhamento com princípios da ONU e Regras de Mandela.
- **Conformidade Internacional** – evita sanções ou recomendações negativas em relatórios internacionais de direitos humanos.
- **Preparação para a Ressocialização** – promove condições de dignidade mínimas para retorno ao convívio social.
- **Estímulo à Ressocialização** – ao possibilitar participação em programas educativos, laborais e sociais.

Atender as pessoas encarceradas com deficiência a Lei 7.210/1984, Lei de Execução Penal, visa que a pessoa com deficiência possa cumprir a sua pena em estabelecimento penal adaptado segundo as condições de sua deficiência. Assim, ficará incluído o artigo 43-A Lei nº 7.120, de 1984, de 11 de julho de 1984 do referido projeto de Lei nº 4008/2019 com a seguinte redação:

Art. 43-A. *A pessoa com deficiência cumprirá pena em estabelecimento penal adaptado à sua condição peculiar.*

Parágrafo único. As obras de adaptação dos estabelecimentos penais para atendimento do disposto no caput deste artigo serão custeadas com recursos do Fundo Penitenciário Nacional Funpen.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. As ações deste Estudo Técnico Preliminar, cujas escolhas basearam-se, dentre outros aspectos, de forma contundente, nos quesitos de qualidade e preço para a escolha da melhor aquisição.

14.2. Os itens adquiridos devem ser duráveis e sustentáveis, com opções de manutenção e assistência técnica disponíveis, para garantir o uso a longo prazo e evitar que falhas prejudiquem a acessibilidade ou a saúde das pessoas atendidas.

14.3. A contratação bem planejada desses itens e serviços também assegura que as pessoas terão segurança em suas rotinas, minimizando riscos e desconfortos, especialmente em termos de mobilidade e acessibilidade dentro do ambiente o qual o custodiado estará vivenciando.

14.4. Indicação de fiscal da contratação e posterior publicação em Portaria.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. É necessário que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental, atendendo assim, ao artigo 5º da instrução normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, serão observados, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental expostos no guia nacional de licitações sustentáveis da Advocacia Geral da União.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

O planejamento da contratação está em conformidade com os requisitos administrativos aplicáveis e, sob o ponto de vista finalístico, verifica-se o enquadramento da proposta às demandas da área de negócio, cujos benefícios pretendidos, demonstrados no bojo do presente Estudo Técnico Preliminar, compensam adequadamente os investimentos da Administração.

Os custos previstos são compatíveis e demonstram a economicidade de recursos presente neste Estudo Técnico Preliminar. Os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos necessários à consecução dos benefícios planejados, motivo pelo qual recomenda-se a aquisição do objeto proposto.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CINTIA RANGEL ASSUMPCAO

Responsável pela contratação direta

HELLEN KARINE DA CUNHA CARREIRO CHERMONT

Membro da comissão de contratação

ANDERSON CADETE DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/02/2026 às 11:52:09.

